

Venezuela: o difícil caminho da busca de uma alternativa de superação do capitalismo e do socialismo burocrático

Carlos Schmidt¹

Resumo

O governo venezuelano tem afirmado seu objetivo explícito de construir um processo de transição para o socialismo. São inúmeras as tentativas de construir instituições que promovam o protagonismo popular; é grande o espaço para o debate e plena a liberdade de imprensa e manifestação. No entanto, este processo evolui com inúmeras contradições. O artigo discute as dificuldades e os nós que podem entravar a construção de uma sociedade dos livres produtores associados, em geral e numa formação econômico social dependente.

Palavras-chave: Venezuela. Socialismo. Protagonismo popular.

Venezuela: el difícil camino para una alternativa de superación del capitalismo y del socialismo burocrático

Resumen

El gobierno venezolano tiene afirmado su explícito objetivo de construir un proceso de transición al socialismo. Inúmeras son las tentativas de construir instituciones que traten de promover el protagonismo popular; es muy grande el espacio para el debate y plena la libertad de prensa y manifestación. Además, ese proceso ha crecido con inúmeras contradicciones. El artículo discute las dificultades y los nudos que pueden trabar la construcción de una sociedad de libres pensadores asociados en general, y llevar a una formación económico/social de dependencia.

Palabras clave: Venezuela. Socialismo. Protagonismo popular. Burocracia.

Venezuela: the difficult path in the search for an alternative to overcome capitalism and bureaucratic socialism

Abstract

The Venezuelan government has stated its objective of constructing a process of transition to socialism. There are numerous attempts to construct institutions which promote popular protagonism; there is a big space for debate and wide freedom of press and manifestations. However this process evolves with various contradictions. The article discusses the difficulties and the knots which can avoid the construction of a society of free producers associated, in general and in a social economic dependent formation.

Keywords: Venezuela. Socialism. Popular protagonism.

¹ Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Correio eletrônico: c.ximitao@gmail.com.

Introdução

O governo venezuelano tem afirmado seu objetivo explícito de construir um processo de transição para o socialismo, com várias denominações, como por exemplo, a do século XXI, bolivariano, etc.

No discurso e, muitas vezes, nas articulações institucionais aparece a vontade de se demarcar das experiências passadas de tentativas de transição para o socialismo, caracterizadas pela denominação burocrática, pela falta de liberdade de expressão e pela não transformação efetiva das relações de produção.

Efetivamente, como veremos na sequência, são inúmeras as tentativas de construir instituições que promovam o protagonismo popular; é grande o espaço para o debate² e apesar da detração da mídia, é plena a liberdade de imprensa e de manifestação, muitas vezes truculenta, da oposição.

No entanto, esse processo evolui com inúmeras contradições, em grande parte devido a uma pesada herança do passado, caracterizada pela existência de uma renda petroleira que permitiu, por muito tempo, uma relação clientelista com os setores populares, ao mesmo tempo que inibiu o crescimento industrial. Como consequência, a inexistência de organizações populares fortes e independentes do Estado³. A corrupção endêmica difícil de debelar, as estruturas burocráticas pesadas e pouco permeáveis ao controle social, a forte centralização das decisões macroeconômicas e de distribuição de recursos públicos são alguns dos tantos entraves para evolução desejada e propagandeada pelo governo.

Inicia-se, na seção seguinte, uma discussão teórica geral sobre a efetiva possibilidade de outra sociedade, no dizer de Mészáros (2002), para além do capital, discutindo as possibilidades de outros comportamentos dos agentes, diferente do proposto pela economia *standard*. Além disso, pretende-se aqui, explorar as possibilidades de evolução, a partir das contradições do sistema capitalista. Ao mesmo tempo, discutir-se-ão as dificuldades e os nós que podem entrar a construção de uma sociedade dos livres produtores associados em geral e numa formação econômico social dependente.

Na terceira seção, busca-se trazer os elementos da construção teórica para a realidade venezuelana, tentando distinguir as instituições que contribuem para o avanço das propostas socialistas e aquelas que a entram. Finalmente, na quarta seção, as considerações finais.

1 O Socialismo é Possível?

² Percebi, por experiência própria, em viagem de 20 dias no contexto de um trabalho realizado na Venezuela em 2010.

³ Não se pode confundir as explosões populares, como foi o caso do Caracasso, com consciência e organização popular capazes de implementar mudanças estruturais a partir da base da sociedade.

Em primeiro lugar, quando se fala de possível, não se quer dizer inevitável, como foi por muito tempo afirmado pela vulgata marxista, que concebia o advento do socialismo como consequência inevitável das contradições do capitalismo. O curso da história, em particular o desmoronamento do denominado “socialismo real”,⁴ desfez qualquer ilusão neste sentido.

No entanto, a posição oposta de impossibilidade do socialismo também não é verdadeira; mesmo porque as contradições do capitalismo vêm se acentuando e uma das saídas possíveis é o socialismo, sem descartar a barbárie que apresenta sinais cada vez mais evidentes, os quais não serão citados aqui.

A fim de que se pense uma nova sociedade é necessário questionar a base do edifício neoclássico que é o homem econômico, arquétipo do comportamento humano em relação à ação econômica. É impossível pensar uma sociedade com relações de produção baseadas na horizontalidade, na cooperação e solidariedade, se não existirem ou coexistirem outras manifestações para o comportamento humano além do comportamento maximizador, característico do monismo neoclássico.

Investigações em diversos campos da ciência, como neurociências, etologia, etnologia e antropologia, fazem referência a um conjunto de comportamentos que não passam pela razão utilitária e sim pela empatia, pela dádiva e reciprocidade, pelo altruísmo e que determinam motivações humanas, resultando em ações que diferem do intercâmbio mercantil (CAILLÉ, 2009).

A reificação do mercado mascara estas outras motivações. Ignora-se que o mercado, muitas vezes, foi instituído e que sua dinâmica é variável no tempo, sendo um produto de construção histórica, diferente da ficção neoclássica (POLANYI, 2000; WOOD, 2001).

Pode-se pensar que as vivências negativas baseadas na regulação de mercado, em particular, o mercado de trabalho, possam abrir espaço para emergência de outras lógicas. Como exemplo, teríamos os serviços e bens distribuídos pelo Estado de Bem Estar Social, ainda que hoje, parcialmente revertido em relação ao passado, que não passa pela regulação de mercado (POLANYI, 2000).

Por outro lado, a transição para uma nova sociedade não poderia deixar de abrir espaço para emergência destas outras dimensões da ação humana que reforçam a cooperação, sem ignorar que o interesse também existe.

Na realidade, nas experiências pós-capitalistas, em primeiro lugar, não mudaram as relações de produção e sinais de propriedade. O trabalho continuou alienado, a heterogestão

⁴ Os mandelistas, embora, explicitamente, não partilhem da posição de inevitabilidade do socialismo, previam para os “Estados operários degenerados”, uma revolução política que os recolocaria nos trilhos do socialismo. O que se viu foi, na maioria dos casos, a regressão para as formas mais selvagens quando não mafiosas de capitalismo.

era a regra. Os gestores eram prepostos do partido único no poder, no contexto de ditaduras no qual o livre debate não era permitido. Em segundo lugar, as formas de organização de trabalho alienantes, como o taylorismo por exemplo, eram admiradas pelos líderes da revolução de outubro (LENINE, 1968), cujo foco era o desenvolvimento das forças produtivas; isto é, a construção material, mas não social da nova sociedade.

Das experiências pós-capitalistas, a que tentou construir relações mais próximas da autogestão foi a Iugoslávia. No entanto, os processos autogestionários se limitaram às unidades produtivas, não englobando os processos macroeconômicos e macrosociais. Nestes, a direção era dada pelo partido único no poder; pois como nos demais casos, o debate era restrito e a liberdade de expressão e organização inexistentes. Para culminar, ampliou-se o papel do mercado na regulação econômica, desenvolvendo as assimetrias e valores associados a esta forma de regulação (SAMARY, 1988) o que, no limite, foi um fator importante de implosão da Iugoslávia.

Embora hoje as lições do passado baseadas nas experiências do socialismo real bem como as pesquisas antes referidas, críticas à ação utilitária, abram novos horizontes, não dá para deixar de mencionar as intuições de Guevara sobre a impossibilidade de construir o socialismo a partir das “armas podres do capitalismo” e sem se preocupar com a construção do “homem novo” (LÖWY, 2000).

Quanto à regulação econômica, não importa que algumas áreas da economia tenham seus preços e quantidades determinadas pelo mercado⁵. O que é realmente importante é que a sociedade de forma democrática decida quais são estas áreas e qual será sua dimensão. Provavelmente aquelas que estão no registro dos direitos de uma vida digna para todos serão determinadas por um plano democraticamente construído. Da mesma forma, nas relações intersetores econômicos, o plano definiria de forma técnica, a partir de uma matriz de Insumo e Produto, as quantidades a serem produzidas, considerando, naturalmente, os limites impostos pela preservação do meio ambiente.

Certamente, sem querer antecipar uma construção que se fará na prática social, uma sociedade deste tipo não comporta a propriedade individual dos meios de produção, exige a mais ampla liberdade de expressão, o que compreende a existência de mídia ao alcance de todos os grupos e uma radical redução da jornada de trabalho, para que as pessoas tenham tempo material para participar.

Evidentemente, estas questões colocadas nestes termos têm, nos tempos atuais, o caráter de utopia e é o que são. São referências cuja forma concreta será dada pela sociedade,

⁵ Por exemplo, as viagens turísticas para lugares aprazíveis, a utilização de veículos, os lugares em estádios de futebol, etc, podem funcionar a partir de mecanismos de mercado, onde as pessoas a partir das restrições existentes possam exercer suas preferências.

caso ela avance neste sentido, o que não impede que ações convergentes com estas referências possam acontecer desde o momento atual.

A organização democrática dos movimentos sociais e dos partidos que reivindicam o socialismo, a economia solidária, a conquista de espaços democráticos na mídia, o avanço dos serviços sociais de educação e saúde, o orçamento participativo e tantas outras questões são passos dados nesta direção. Mas não se pode prescindir de saltos qualitativos (rupturas) que mudam a dinâmica de patamar, pois caso contrário, a economia tenderá a pressionar pela regressão, como é o caso na história recente. Isto significa a necessidade de superar a hegemonia do capital.

Faz-se necessário construir mediações entre estes elementos mais abstratos e a situação concreta de cada país, mobilizando-se aspectos que têm possibilidades diferenciadas em cada país, como observou Mariátegui ao ver o potencial das comunidades indígenas dos Andes para construção do socialismo (MARIÁTEGUI, 2008). As reflexões deste intelectual e revolucionário peruano são convergentes com as de Alan Caillé e o grupo MAUSS, na medida em que consideram presentes na racionalidade humana, no caso as comunidades andinas, elementos que se diferenciam do hedonismo neoclássico⁶. Para o tema que se estuda, transição do socialismo Venezuelano, certamente esta perspectiva, sem deixar de considerar a ontologia do capital, é muito útil.

Outro aspecto a considerar que interessa particularmente na construção deste texto é a contraposição ao pressuposto de que a transição para o socialismo implica, necessariamente, num certo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Bensaïd, esta visão determinista não está em Marx, ainda que este considere riscos de degenerescência, neste caso. Em sua opinião (de Bensaïd), o termidor stalinista não era inevitável, nem foi ocasionado pela antecipação da revolução russa (em relação ao nível adequado de desenvolvimento das forças produtivas). A ideia dos revolucionários não era instaurar o comunismo imediatamente e sim iniciar o processo de transição ao socialismo (BENSAÏD, 2007).

A resposta de Marx a Vera Zazulich sobre a atualidade do socialismo na Rússia, insiste em dois elementos: a existência de uma forma de propriedade agrária que segue sendo coletiva e a combinação do desenvolvimento capitalista russo com o desenvolvimento mundial das forças produtivas (BENSAÏD, 2007). A semelhança com as reflexões de Mariátegui é notável.

⁶ Caillé considera que os marxistas também não fogem da lógica do interesse ao coletizá-lo na forma de interesse de classe.

O capitalismo desenvolvido não é uma etapa inevitável que precede o comunismo. Na medida em que a conquista do poder político antecede a transformação social e cultural (BENSAÏD, 2007). A transição pode assumir formas diversas, sujeita a regressões e derrotas.

A forma que a transformação social está assumindo na América Latina, no terceiro milênio, implica numa série de riscos regressivos, mas também é portadora de virtualidades. Acontece em uma etapa da história em que o capitalismo está debilitado por crises sucessivas que vem causando profundo impacto nas populações de vários países (SCHMIDT, 2009).

2 A Turbulenta Tentativa Venezuelana de Construção de uma Transição Socialista

O texto, a partir deste momento, é resultado da análise de um processo do qual se apropria o autor, tanto por vivência no local (antes referida) como, principalmente, de diversos artigos aos quais se teve acesso. Outra fonte de informação são os textos legais que criam espaços para o protagonismo popular. Dá para dizer que, sob muitos aspectos, os venezuelanos estão formatando suas instituições e estas articuladas em um todo estratégico são bastante novas para se chegar a pareceres conclusivos. Assim, dá para se dizer que o ambiente é bastante confuso e as tendências não estão cristalizadas. Certamente, corro o risco de afirmar algumas impropriedades, mas isto é inerente ao trabalho intelectual. Por outro lado, esta análise terá sempre como mapa do caminho as reflexões teóricas elaboradas na sessão anterior.

A ideia de transição ao socialismo não foi sempre o objetivo do governo Chaves. Foi se constituindo a partir do nacionalismo popular. Os enfrentamentos com o imperialismo e com a burguesia nacional intervieram na radicalização do processo.

Na medida em que as instituições são construídas a quente, num contexto de aprofundamento da luta de classes, estão sujeitas a experimentações que avançam, retrocedem, são retificadas ou adaptadas.

As grandes modificações no texto constitucional são submetidas a plebiscitos extremamente politizados que mobilizam grandes massas a favor ou contra o governo, que nem sempre tem saído vitorioso. As dificuldades materiais oriundas de um processo de transição, no qual a burguesia boicota a economia, fazendo do controle de parte significativa dos meios de produção uma arma política, interfere nos processos eleitorais ou plebiscitos ao qual se soma a ineficiência de um aparelho de Estado que está moldado para as velhas formas de dominação.

O modelo de socialismo buscado, como se afirma na introdução, é democrático, com ampla liberdade de expressão e protagonismo popular, que se manifesta na participação em plebiscito até na possibilidade de revogar mandatos eletivos.

No plano territorial já existem, plasmados em lei, os conselhos comunais que seriam unidades de gestão participativa das questões econômicas e sociais no território⁷.

Os conselhos comunais implicam na reunião, em um determinado território, de no máximo 400 famílias que tem o objetivo de propor e aplicar políticas públicas que atendam suas necessidades de reprodução material, intelectual e que desenvolvam o território em questão.

A instância máxima dos conselhos populares é a assembleia dos participantes, que define os projetos e necessidades da unidade territorial em questão, a serem submetidos ao conselho do Fundo dos Conselhos Populares. Este conselho distribuirá os recursos do Fundo mencionado, assim como as transferências para as unidades territoriais das diversas instâncias do Estado e recursos oriundos dos próprios conselhos, uma vez que as atividades econômicas desenvolvidas nos territórios podem gerar excedentes, em parte apropriáveis pelo Fundo.

Além da instância máxima, na assembleia do Conselho Popular existem instâncias implementadoras de suas decisões (escolhidas pela assembleia), como coordenadores, comitês de trabalho, mesas técnicas, etc., que podem envolver um número significativo de participantes.

Para desenvolver empreendimentos maiores, ou num território superior àquele dos Conselhos Comunais, estes podem se reunir em comunas (que abarcam mais de um Conselho Comunal e seus respectivos territórios).

Assim, se por um lado, no plano territorial e local os espaços de participação são amplos, a centralização imposta pelo Fundo, embora correta no meu entender, no sentido de captar parte do excedente e redistribuí-los, não é democrática.

Efetivamente, a junta diretiva do Fundo mencionado é composta por três membros titulares e três suplentes designados pelo Presidente da República. Soma-se a esta instância o Conselho Presidencial Para o Poder Popular, que tem por objetivo

[...] estudar a legislação atual em matéria comunal, definir políticas de articulação entre as instâncias participativas e representativas, assim como os princípios para administração dos recursos do Estado por parte do povo e o exercício direto e protagônico da democracia (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2007).

O risco que se corre é semelhante àqueles assinalados por Samary (1988), na Iugoslávia, onde o protagonismo popular era fracionado pelas unidades de produção e parcelas do território; os parâmetros e contexto da autogestão eram decididos de forma centralizada, sem intervenção direta da população.

⁷ Os instrumentos legais são a Ley Orgánica de Los Consejos Comunales (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2009); o Decreto n. 4.485, que criou o Reglamento Orgánico del Servicio Autónomo 'Fondo Nacional de los Consejos Comunales' (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2006); e o Decreto n. 5.191, que criou o Consejo Presidencial para el Poder Comunal (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2007).

Se esta estrutura institucional está pensada como provisória, enquanto não se consolidam os Conselhos Populares e outras instâncias de participação, não haveria problema. Acredita-se que não existe este objetivo explícito.

Sem querer dar lições, poderia se especular sobre a realização de congresso dos Conselhos Populares que definiriam as questões que o decreto 5191 atribui ao Conselho Presidencial do Poder Popular, e à gestão do Fundo, bem como a aprovação dos projetos, baseados nos critérios definidos na forma anteriormente mencionada, poderia contar com membros dos Conselhos Populares designados pelo seu congresso. Além disso, poderia haver uma instância recursal para a qual os Conselhos Populares encaminhariam suas discordâncias sobre as decisões pertinentes às suas demandas.

Outro aspecto é a manutenção de estruturas do Estado burocratizado que entram as medidas revolucionárias, ou mesmo aquelas que garantem o funcionamento mínimo de certas propostas. A saída tem sido criar estruturas paralelas, como as *missiones*, nas áreas de saúde, educação e empreendedorismo coletivo, ou ainda utilizar a PDVSA, estatal do petróleo, para resolver problemas de abastecimento, ou até de planejamento.

No Brasil, por ocasião da elaboração e execução do Plano de Metas, no governo Kubitschek, adotou-se também, através dos grupos de trabalho e grupos executivos, a constituição de uma administração paralela.

Estas posturas, se vistas como provisórias podem desbloquear a situação que exija mudanças muito mais profundas na Venezuela, podendo ser uma saída. No entanto, não se pode adiar *ad eternum*, quando se quer construir outra sociedade, a desconstrução do Estado Burguês e a construção do Estado Socialista.

Evidentemente este processo não acontece rapidamente, mesmo porque não se pode desorganizar completamente a vida das pessoas, ainda que as condições garantidas pelo Estado atual sejam precárias. A imagem usada por Mészáros é conveniente:

como no caso do pai de Goethe (mesmo que por razões muito diferentes), não é possível colocar abaixo o prédio existente e emergir outro de fundações completamente diferentes em seu lugar. A vida deve continuar na casa escorada durante todo o curso da reconstrução, retirando um andar após o outro, com fundações completamente diferentes, de baixo para cima, inserindo no seu lugar a nova estrutura, de tal modo que, ao final, nada deve ser deixado da velha casa. Na verdade, a tarefa é ainda mais difícil do que esta. Pois a estrutura de madeira em deterioração do prédio deve ser substituída no curso da retirada da humanidade da perigosa moldura estrutural do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 599).

Esta imagem de Mészáros não se refere só ao Estado, mas ao conjunto das instituições capitalistas, cuja permanência por um largo tempo é inevitável, para que a vida, principalmente material, continue. O processo de substituição pela nova estrutura, não é tranquilo, pois as classes que perdem poder e privilégios reagem. Assim, as novas formas regulatórias das relações sociais e econômicas, têm que buscar âncoras nos setores populares

que só vão agir se forem percebendo que são partícipes do processo, não como massa de manobra, mas como verdadeiros protagonistas.

No caso da Venezuela, o fato do processo ser caucionado e em grande parte conduzido pela carismática figura de Chaves, não é o problema, situação que provoca urticária nos eurocentristas que se apressam em qualificá-lo, desdenhosamente, como populista. Cabe, neste momento, como alternativa de interpretação, mobilizar Mariátegui que acreditava em trajetórias diferenciadas de transição para o socialismo.

Pois bem, a tradição caudilhesca na América Latina tem uma vertente de direita e outra de esquerda (México, Venezuela, Nicarágua, etc.). O que importa é que mesmo que, se num primeiro momento, enquanto o povo consolida sua organização e eleva seu nível de consciência, o caudilho tenha proeminência, paralelamente se constituam instituições que favoreçam o protagonismo popular.

Estas instituições como os Conselhos Populares não se efetivam na prática sem contradições, tanto em relação aos interesses da burguesia, como também na deturpação motivada pelos interesses da burocracia estatal ou partidária. Na realidade é destes embates que depende o fracasso ou o sucesso da experiência venezuelana, porque no que se refere às condições materiais, a renda petrolífera garante condições de uma acumulação socialista⁸, isto é, de constituição de estruturas produtivas cuja gestão seja partilhada com os trabalhadores e cujo objetivo não seja a maximização do lucro, mas o desenvolvimento econômico e social da Venezuela.

Certo é que não se trata somente de construir os meios de produção e distribuição da riqueza, mas que isso se faça de forma planejada e articulada com a realidade venezuelana.

Como diz Cruz (2011), as formas solidárias associativas/cooperativas, as de formas de propriedade e relações de produção não capitalistas, são subordinadas ao capitalismo na conjuntura atual, mas vão constituindo experiência nas quais vão acumulando não só meios econômicos mas, sobretudo, potencialidades político-ideológicas: formas próprias de conhecimento, de exercício político, de ciência e tecnologia. Acrescentaríamos formas próprias de gestão, tanto no plano micro, como preparando as condições de protagonismo dos trabalhadores para participar da macroeconomia.

As potencialidades, neste sentido, a partir da condição humana, já foram tratadas na sessão anterior. Trata-se, sobretudo, de valorizar este exercício que amplas massas vão fazendo como forma de ir implementando a transformação social.

⁸ A acumulação socialista é aquela que se dá nos setores nos quais a regulação não é, prioritariamente, o mercado e sim a satisfação das necessidades sociais, assim como cumpre os objetivos estratégicos da sociedade. Este conceito foi construído por Preobraghensky nos debates sobre o rumo da economia soviética nos anos 20. Antônio Cruz (CRUZ, 2011) faz uma interessante recuperação deste debate, no sentido de pensar como a economia solidária a partir da “acumulação primitiva solidária” poderia vir a ser um modo de produção hegemônico numa nova formação social.

Na Venezuela, combinam-se tarefas de autonomia nacional no sentido de buscar ampliar seu aparelho produtivo para atender as necessidades nacionais. Não se trata de autarquia, mas de um país cujo déficit de produção nacional é 34,05% na área de alimentos, 49,99% nos investimentos, 81,28% na construção e 97,07% em máquinas e ferramentas, dados de 2004, citados por Troudi (2010). Por isso, tem que se colocar, e o fez, o objetivo de substituição de importações. Sua política econômica heterodoxa, em particular, no câmbio⁹, tem o viés protecionista.

A perspectiva de completar a matriz produtiva leva em conta a economicidade e também o relacionamento com outros países da América Latina, em particular, os acordos bilaterais que incluem o aspecto político. A Venezuela tem sido ativa na construção de organismos multilaterais para a América Latina.

O desenvolvimento de um setor da economia formado por empresas de propriedade social (EPS) que é constituído de todo tipo de empresa (pública, cooperativa, mista, empresas pertencentes aos Conselhos Comunais) é a forma encontrada para, no plano da produção, ir convergindo para o socialismo, ao mesmo tempo em que implementa o processo de substituição de importações, isto é, desenvolve a acumulação socialista.

O desenvolvimento das EPS acontece de várias maneiras. Primeiro, pela desapropriação pelo Estado de empresas cujos proprietários realizam alguma forma de boicote ao desenvolvimento do país ou prejudicam de alguma forma a sociedade (retenção de produtos, não produção de acordo com a capacidade produtiva, abuso nos preços, etc), ou ainda quando as empresas são consideradas estratégicas. Segundo, a constituição de EPS a partir dos Conselhos Comunais, para atender suas necessidades ou desenvolver suas potencialidades produtivas. Terceiro, para atender necessidades produtivas a montante e a jusante nas cadeias produtivas, em particular, dos hidrocarburos. Quarto, constituição de cooperativas por parte dos que tem interesses em formá-las.

O Estado utiliza a renda petroleira para este fim, a partir dos diversos fundos constituídos como fundo nacional dos Conselhos Comunais antes mencionados e outros. Também privilegia as EPS nas encomendas do Estado e suas empresas; aliás, duas das formas previstas por Antônio Cruz (2011) para a acumulação primitiva solidária.

Estas práticas são recentes porque as primeiras experiências de economia solidária foram fracassadas. Houve ampla distribuição de recursos sem assistência técnica, gerencial e sem controle, fazendo com que as fraudes se multiplicassem. Segundo Troudi (2010), 80% dos novos empreendimentos acabaram antes completar três anos de vida¹⁰.

⁹ Câmbios múltiplos segundo a essencialidade dos produtos e a proteção da economia nacional.

¹⁰ Das 274.000 cooperativas registradas pela SUNACOOOP (Superintendência Nacional de Cooperativas), só 73.968 (27%) eram operacionais (AZZELINI, 2010).

Para Chavez, líder incontestado da revolução bolivariana,

As EPS são entidades econômicas dedicadas à produção de bens, serviços e obras, nas quais o trabalho tem um significado próprio, não alienado e autêntico, não existe discriminação social no trabalho, nem de nenhum tipo de trabalho, não existe privilégios no trabalho associado a posição hierárquica, com igualdade substantiva entre seus integrantes, baseado em uma planificação participativa e protagônica, baseado em regime de propriedade estatal, propriedade coletiva ou a combinação de ambas. (CHAVEZ, 2005).

Segundo Haiman El Troudi, que foi ministro do planejamento da Venezuela, em sintonia com a declaração presidencial anterior

Os trabalhadores cogestionam a dinâmica fabril de propriedade pública, privada ou comunal, sob a direção da planificação centralizada e democrática. O controle operário pode chegar, inclusive a todos os departamentos gerenciais, dirige a repartição dos excedentes [...] (TROUDI, 2010, p. 350).

A intenção, em particular a manifesta por Chavez, pelo peso que este tem, é de garantir a participação dos trabalhadores na gestão das EPS. No entanto, o que a prática tem demonstrado é que a burocracia tem interposto inúmeros entraves a esta participação¹¹.

Em algumas experiências, e isto de modo crescente, a cogestão tem sido, por demanda dos trabalhadores substituída pela que denominam Conselho de Trabalhadores. Rechaçam a condição de proprietários, ou co-proprietários da empresa e a concebem como propriedade social direta, ou seja, dirigida pelos trabalhadores e suas comunidades. Certamente, mais coerente com o quadro institucional que se está constituindo.

Esta postura é também a dos CST (Conselhos Socialistas dos Trabalhadores), o maior fórum dos Conselhos de Trabalhadores existentes e de iniciativas em seu favor (CST, 2009). Propuseram um modelo baseado em conselhos de administração múltipla, com conselhos de trabalhadores, produtores de recursos, comunidades e o Estado (no caso de grandes fábricas) (MINTRAB, 2008 apud AZZELLINI, 2010).

Interessante é a semelhança deste modelo com as comunidades de interesse que surgiram na Jugoslávia nos estertores do socialismo autogestionário, quando do esgotamento do período de imersão no mercado (SAMARY, 1988). Infelizmente, embora na avaliação de Samary fosse um modelo interessante, não conseguiu se contrapor às tendências centrífugas produzidas pela regulação de mercado, nas empresas e na sociedade.

Diferente é a Venezuela, aonde estas iniciativas vêm de baixo e vão ao sentido oposto à regulação de mercado, sendo que esta se encontra desgastada na Venezuela e América Latina, depois de duas décadas de neoliberalismo.

Estas experiências e propostas que surgem no calor das transformações, algumas de perfil mais avançado e outras de noutro nível, representam avanços importantes em relação à

¹¹ Ouvi de um vice-ministro venezuelano a afirmativa de que “existem dirigentes de empresas de propriedade social que se comportam pior que os patrões capitalistas”. Neste sentido soma as constatações de Dario Azzellini que relata situações em que a burocracia entrava a participação dos trabalhadores. (AZZELLINI, 2010).

lógica capitalista; e certamente, tem que ser pensadas em suas múltiplas articulações como sistema. Este é o espaço do planejamento, no qual parece, mesmo que seja um processo a ser constituído em longo prazo, estar longe ainda de integrar nas suas definições estratégicas, o povo organizado.

Mesmo Haiman El Troudi, ex-ministro do planejamento, que rejeita o caráter consultivo da participação popular, não consegue integrar o protagonismo popular, nas definições estratégicas nacionais a serem construídas no quadro de um plano nacional. El Troudi pensa um sistema no qual o protagonismo acontece na base e que, certamente, influencia o plano nacional (TROUDI, 2010), mas não consegue vislumbrar mecanismos de integração da participação popular no planejamento central e na definição de linhas estratégicas nos planos macroeconômicos e macrossociais.

Como foi mostrado anteriormente, os regramentos e distribuição de recursos para os territórios e organismos do poder popular, por definição legal, ainda são prerrogativas do poder central.

Da mesma forma que a ação dos trabalhadores de vanguarda vem causando alterações nos arranjos para gestão das EPS, supõe-se que esta questão mais ampla está em aberto.

3 Considerações Finais

Este artigo parte de considerações teóricas que, em primeiro lugar, discutem as possibilidades de outros princípios da ação econômica que não o único proposto pela economia *standard*, a saber, a razão utilitária. Em segundo lugar, considera o aporte das experiências pós-capitalistas fracassadas no passado recente para identificar os elementos que implicaram neste fracasso. Em terceiro lugar, constata que o capitalismo triunfante não só não resolveu as graves contradições econômicas e sociais, como as agravou, acrescentando a eminência da catástrofe ambiental que tem efeitos de retorno sobre as demais contradições.

Nos elos mais fracos da dominação do capital e nos pontos nos quais as contradições mais se acirram, coincidindo com o ascenso das mobilizações populares surgem experiências que buscam resgatar a ideia socialista, desembaraçada do seu viés burocrático e autoritário.

É neste contexto que surge o processo venezuelano, que mantém a plena liberdade de expressão, luta contra o burocratismo, com resultados ainda muito limitados e constrói instituições que, ao mesmo tempo em que favorecem o protagonismo popular, o limitam.

O peso da inércia do passado, do Estado burguês, do clientelismo, da corrupção, são fatores que no presente limitam os avanços da revolução venezuelana. A falta de uma estratégia clara para incorporação do protagonismo popular em níveis mais elevados de gestão da economia e da sociedade comprometem o presente e o futuro.

Portanto, é um processo em aberto, que tanto pode retroceder, e neste sentido o imperialismo pode intervir se a revolução se fragilizar, quanto pode avançar, ainda que com inúmeros insucessos pontuais, erros que, se apreendidos, podem garantir acertos e a manutenção da revolução nos trilhos.

É fundamental manter o clima de debates abertos sem apriorismos¹². Esta postura não só é necessária para resolver os problemas do presente como também para definir que tipo de socialismo vai construir a Venezuela. Mesmo quando a revolução está sitiada, a discordância não significa traição; aí mesmo que ela é importante para descobrir a melhor forma de combater o inimigo e construir a nova sociedade.

A Venezuela está conseguindo construir saídas inéditas, muitas vezes ainda mal implementadas. A revolução é um organismo vivo, no debate, na movimentação popular, na sua relação com o mundo e a América Latina.

Se for bem sucedida, a experiência venezuelana e outras do mesmo tipo são o caminho aberto para a humanidade construir em escala global a sociedade dos livres produtores associados. Se for um fracasso, mostrará a coragem dos que tentam, apontará os erros cometidos e deixará claro que só com ousadia existe a possibilidade de transformação.

Referências

AZZELINI, Dario. El difícil camino hacia una economía solidária, popular y socialista em Venezuela: de las cooperativas y la cogestión a la economía comuna y los consejos de trabajadores. *Otra Economía*, v. 4, n. 6, 2010. Disponível em: <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/otraeconomia/article/view/1285>. Acesso em 20 mar. 2012.

BENSAÏD, Daniel. Um olhar sobre a história e sobre a luta de classes. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires, CLACSO, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.9.doc>. Acesso em 25 nov. 2011.

CAILLÉ, A. *Théorie anti-utilitariste de l'action: fragments d'une sociologie générale*. Paris: La découverte, 2009.

CHAVEZ, Hugo. (Presidente da República Bolivariana de Venezuela). *Alô Presidente*. Caracas, 27 nov. 2005. (Programa radiofônico).

¹² A patrulha ideológica de James Petras (PETRAS,2008), sobre Edgardo Lander (LANDER,2010), em nada ajuda o processo, ao amalgamá-lo à crítica que vem da direita.

- CRUZ, Antônio. La acumulación solidaria: los retos de la economía asociativa bajo la mundialización del capital. In: *Curso Taller Cooperativismo y Asociativismo*. 30 maio 2011. Disponível em: <https://sites.google.com/site/materialescursocoop/talleres/taller-innovacion>. Acesso em 03 fev. 2012.
- LANDER, E. Quién ganó las elecciones parlamentarias de Venezuela? *CETRI*, 6 oct. 2010. Disponível em: <http://www.cetri.be/spip.php?article1844&lang=es>. Acesso em 25 nov. 2011.
- LENINE, Vladimir. *Oeuvres choisies*. Moscou: Editions du Progrès, 1968.
- LÖWY, MICHAEL. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: LÖWY, M.; BENSaid, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- MARIATEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Clacso, 2008.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PETRAS, J. Venezuela: dicionário de eufemismos da oposição liberal. *Núcleo de Estudos Latino Americanos*, 7 jan. 2008. Disponível em: <http://nelamp.blogspot.com.br/2008/01/james-petras-professor-da-university-os.html>. Acesso em 20 nov. 2011.
- POLANYI, K. *A grande transformação: As origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. *Decreto N° 4.485, de 18 Mayo de 2006*. Dicta el Reglamento Orgánico del Servicio Autónomo 'Fondo Nacional de los Consejos Comunales'. Caracas, 2006. Disponível em: <http://gaceta-oficial-venezuela.vlex.com/ve/vid/reglamento-organico-consejos-comunales-38665070>. Acesso em 10 abr. 2012.
- REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. *Decreto N° 5.191, de 27 Febrero de 2007*. Dicta la Reforma Parcial del Decreto 5139 de 2007 mediante el cual se crea el Consejo Presidencial para el Poder Comunal. Caracas, 2007. Disponível em: <http://www.glin.gov/view.action?glinID=213823>. Acesso em 10 abr. 2012.
- REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. *Ley Orgánica de Los Consejos Comunales*. Caracas, 2009. Disponível em: <http://infocentro.gob.ve/archivos/locc.pdf>. Acesso em 10 abr. 2012.
- SAMARY, C. *Le marché contre l'antogestion: L'expérience Yougoslave*. Paris : La Brèche, 1988.
- SCHMIDT, Carlos. A economia solidária: panacéia do capitalismo ou um caminho para o socialismo? In: SCHMIDT, C.; NOVAES, H. T. (Orgs). *Economia solidária e transformação*

social: rumo a uma sociedade para além do capital. Porto Alegre: Ed.da UFRGS, 2009. (no prelo).

TROUDI, H. *La política econômica bolivariana (PEB) y los dilemas de la transición socialista em Venezuela*. Caracas: Monte Ávila, 2010.

WOOD, Ellen. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.